

Ministro da Economia negociará uma redução de 37% com bancos credores

O governo pretende negociar com o comitê de bancos credores uma redução de 37% no estoque da dívida externa do País, que soma US\$ 52 milhões. A informação foi adiantada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, aos empresários presentes à reunião da câmara setorial dos calçados, ontem. Além de aliviar o pagamento de juros da dívida em 1992, afirmou Marcílio, um acerto nessa base facilitaria a entrada de investimentos externos complementares — tanto de organismos multilaterais como do Japão e Estados Unidos.

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Pedro Bodin, divulgou ontem os termos do memorando técnico que acompanha o programa de ajuste econômico proposto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No documento, a equipe econômica se compromete a manter nos próximos três meses do próximo ano uma política monetária rígida, compatível com o objetivo de atingir em junho uma taxa mensal de inflação entre 12% e 15%. “O primeiro trimestre não será catastrófico”, afirmou Bodin, preocupado em tranquilizar os agentes econômicos quanto a possíveis impactos recessivos do acordo. “O aperto monetário será maior ou

menor, dependendo da rapidez com que forem obtidos os resultados do ajuste fiscal”, explicou.

Na área das contas públicas, o memorando prevê a obtenção de um superávit primário (receitas menos despesas) equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (PIB). As metas indicadas poderão significar “um maior ou menor aperto monetário”, adiantou Bodin, dependendo de como a inflação se comportar. O governo conta com taxas em declínio até junho para chegar ao fim do ano com uma inflação mensal de 2%.

Política monetária

Ao contrário de acordos assinados por governos anteriores, neste o memorando técnico não especifica metas para a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) ou dos meios de pagamento (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos). A divulgação destes parâmetros é impossível, argumenta Bodin, porque eles dependem de uma variável ainda não definida — as condições de renegociação da dívida externa. “Quanto mais rapidamente as reservas internacionais aumentarem, mais facilmente se executará uma política monetária mais frouxa.”

O memorando prevê para o próximo ano uma elevação da ordem de US\$ 2 bilhões no nível das reservas, pelo conceito de caixa. As metas para as contas externas incluem um superávit comercial de US\$ 10,7 bilhões em 1991 — semelhante aos números de 1990 — e de US\$ 12 bilhões em 1992, com aumento das importações e exportações financiado por linhas de crédito de curto prazo de US\$ 8,5 bilhões (US\$ 7 bilhões neste ano). Além disso, o governo conta com a entrada de recursos externos adicionais da ordem de US\$ 8 bilhões em novos créditos.

Com base nesses números, o governo se propõe a pagar no próximo ano 30% da dívida externa com vencimento previsto, o mesmo percentual observado nos pagamentos de 1991 — que somaram US\$ 1 bilhão, segundo o diretor da Área Externa do BC, Armínio Fraga. Em sintonia com o secretário Nacional de Planejamento, Pedro Parente, Fraga lembra que as contas para o balanço de pagamentos só terão números definitivos depois de concluída a negociação da dívida externa com os credores privados. “Esses números são ainda hipóteses, porque tudo dependerá do acordo com os bancos”, ponderou o diretor do BC.